

Empresária de animação nocturna defende que Governo mantenha os apoios à economia até 31 de Dezembro

Cláudia Chaves Neves abriu o Lavajazz há três anos, com um conceito de “mini sala de espectáculos” e música ao vivo. Para abrirem durante o desconfinamento podem ter 20 pessoas no bar ou então alterar o Código de Actividade Económica para restauração. Não o querem fazer e admitem que seria “fenomenal” se o Governo ajudasse agora os empresários, mesmo que depois tivessem de devolver parte dos apoios.

Os espaços de animação nocturna estão a debater-se com as restrições impostas pela Covid-19, no que diz respeito à obrigatoriedade de distanciamento social e à lotação máxima por espaço. Alguns espaços tiveram de alterar o seu CAE – Código de Actividade Económica, para poder abrir portas já que desde meados de Março que estão encerrados. Mas há quem queira cumprir com todas as regras e se recuse a abdicar de um conceito, e de um sonho, apenas para abrir portas.

É o caso do bar Lavajazz, em Ponta Delgada, que tem um conceito de música ao vivo e se assume como “a sua sala de estar fora de casa”, logo, intimista e de partilha quer de experiências, de música, quer das mesas. Esta última parte está agora fora de questão, sendo que a sócia-gerente Cláudia Chaves Neves diz que vai ser uma das partes que mais vai custar aos seus clientes que assumem o espaço como “um ponto de encontro de amigos”.

A si custa-lhe mais estar de portas fechadas desde 13 de Março, com sete funcionários em casa, em lay-off desde Abril, e quatro músicos da banda residente que são “prestadores de serviços” e por isso “ficaram completamente desamparados”. Custa-lhe ter de fazer limpezas ao espaço sem que o possa abrir e fazer as manutenções necessárias “para que o espaço não descaia” e a humidade não tome conta dos equipamentos electrónicos. Mas principalmente custa-lhe “estar de 15 em 15 dias à espera” para ver se o Estado de Calamidade, devido à pandemia, se altera.

Cláudia Chaves Neves e a sócia, Sílvia Torres, explicam que a actividade nocturna, “principalmente a que tem música ao vivo, não pode abrir ainda”, conforme esclarecimento da Linha para esclarecimentos Covid-19, criada pelo Governo Regional. Aliás, poder pode, mas teria de alterar o conceito. “Se quiser manter a música ao vivo, posso abrir com o máximo de 20 pessoas. Mas também posso abrir como restauração e aí posso ter 50 pessoas” que é metade da lotação normal do espaço.

A sócia-gerente recorda que “o Lavajazz não é um restaurante, é um bar de música ao vivo, com pequenas refeições. Este é o conceito. Não faço concorrência a um restaurante. A possibilidade de abrir foi mudar o meu CAE principal para restauração. Mas, eu não estive três anos a criar um conceito de espaço de música ao vivo, uma mini sala de espectáculos, para agora mudar para restauração, porque não



Foto: JPedro Medeiros

Cláudia Chaves Neves (à esquerda) e Sílvia Torres admitem que estando encerradas conseguem manter o negócio, mas querem reabrir e ter condições para manter o conceito do bar que criaram há três anos, sem ter de alterar o CAE

é restauração”.

Cláudia Chaves Neves diz que quer abrir portas, mas nas mesmas condições em que há três anos apostou no Lavajazz. “Mas com 20 pessoas, não sendo este um restaurante, há uma regra mínima para as pessoas entrarem que é consumir uma bebida. Mas isso nem vai pagar os músicos quanto mais a casa, a renda, a SPA (Sociedade Portuguesa de Autores). Todos esses custos que envolve ter uma casa deste género aberta”.

E hoje, dia 15 de Julho, serão novamente conhecidas as regras para a manutenção, ou não, do Estado de Calamidade em São Miguel. “Se se mantiver, quer dizer que só posso abrir com 20 pessoas. Aí faço questão de não abrir porque isso é abrir a porta à falência. Vou manter o pessoal em lay-off até me permitirem ter. Estamos preparados para abrir, fizemos formação do selo Clean & Safe, mas impõem a permanência máxima de 20 pessoas e ter mais de 20 pessoas a querer entrar e dizer que não posso deixar entrar, não vai resultar”, explica.

“Ganho mais ao estar fechada”

É que, admite, com a limitação de 20 pessoas no espaço “compensa mais estar fechada. Se estiver fechada, significa que

não tenho de pagar SPA, que são 411 euros por mês quer tenha clientes quer não tenha. Mais a renda, mais os quatro músicos a tocar de Quarta a Sábado”. E ao abrir o espaço, “os sete funcionários saem do lay-off e tenho de pagar o ordenado por inteiro. Vem agora o mês das férias que tenho de pagar, e por inteiro, tenho de conseguir facturar para isso mas não é com 20 pessoas por noite. Nem vou obrigar as 20 pessoas a consumir por 40. Neste momento, compensa estar fechada se não houver alteração destas regras”.

A renda, por enquanto está suspensa, 66% do ordenado dos funcionários está a ser assegurado pela Segurança Social, a taxa da SPA está suspensa, mas “é um sentimento de frustração total. É um desgaste muito grande e neste momento nem estou a pensar em lucro, só quero poder pagar as contas fixas”.

A empresária diz que paga os seus impostos “e se assim não fosse, nesta altura não conseguia ajudas”, e por isso entende que o Governo deve ajudar os empresários a reerguerem-se. “Se sou limitada em ter apenas 20 pessoas, vão ter de me compensar para continuar a abrir e a pagar contas. Sei que vamos todos pagar e custa-me sobre-carregar o nosso futuro com impostos, mas deixem a entidades privadas fazerem

o seu negócio, conscientes das regras”, explica ao acrescentar que “cada um está a interpretar a lei como quer”, muitos refugiam-se no CAE de restauração que, nos Açores, especifica “que a partir da meia-noite não podem estar aberto. Quais as casas nocturnas que não estão abertas à meia-noite?”, questiona.

Além disso, diz que deve haver mais fiscalização junto de incumpridores e dá o exemplo das esplanadas. “Eu só posso ter 20 pessoas mas nas esplanadas está tudo junto. Há um contra-senso. Quem está a ser penalizada é a animação nocturna e para abrirem, porque precisam de abrir, têm de contornar as regras. Eu faço fincapé. Quero abrir mas com as regras todas. Vou até ao fim, mas sem ajuda do Governo não vou conseguir aguentar”, admite. Por isso, quer fiscalização “onde está a haver abusos e quem está a contornar as regras. Eu entendo, porque estiveram muito tempo parados e não vai ser o dono de uma esplanada que vai fazer de polícia, quem tem de fazer isso são as entidades fiscalizadoras. Que façam o seu trabalho, mas não dificultem quem quer trabalhar”.

Layoff ou outro tipo de apoio

Cláudia Chaves Neves acredita que o

“Ganho mais estar fechada do que com limitação de 20 pessoas”

Foto: Vitor Bezerra



Com música ao vivo, o Lavajazz só pode abrir com lotação máxima de 20 pessoas por noite o que as responsáveis dizem não ser suficiente para manter a casa aberta sem ajudas

“Eu só posso ter 20 pessoas mas nas esplanadas está tudo junto. Há um contra-senso. Quem está a ser penalizada é a animação nocturna e para abrirem, porque precisam de abrir, têm de contornar as regras. Eu faço finca-pé. Quero abrir mas com as regras todas, mas sem ajuda do Governo não vou conseguir aguentar”

lay-off deveria manter-se até final do ano: “era imperativo, porque a restauração e a animação nocturna estava a preparar-se para este ser um Verão espectacular. Toda a promoção que se fez, ia ter resultados este ano”. Mas a pandemia trocou as voltas a todos. Em todo o mundo.

“Mesmo com todos os incentivos do Governo, não vamos conseguir. Queremos é que continuem a ajudar para nos mantermos”, alerta enquanto lembra que “nunca assinei tantos compromissos para não despedir ninguém até 31 de Dezembro. Mas não sei se vou conseguir cumprir”. Manter o apoio do la-yoff “era uma ajuda fenomenal”, mesmo que depois houvesse um plano para devolução das verbas se necessário. “As empresas nunca precisaram tanto de ajuda como agora. Toda a gente precisa. A prioridade do Governo foi manter os postos de trabalho, mas ajudem as empresas. Preferia com a ajuda do Governo manter o lay-off e ter a casa aberta. Bastava haver a promessa que o apoio do lay-off continua, mantendo o pessoal a trabalhar”, refere. Mas o que existe agora, explica a sócia-gerente do Lavajazz, é até um incentivo a ir à banca, sendo que a garantia de manter os postos de trabalho até 31 de Dezembro também funciona nestes casos mas “as regras podem alterar-se e entretanto já fui à banca. Endividamento para trabalhar na normalidade, não é para investimentos. Há que ter um ver-

dadeiro apoio à economia, principalmente de tudo o que está ligado ao turismo, restauração, animação nocturna, tem de haver um apoio real. O valor dos 66% que continuassem a dar com o pessoal a trabalhar. Que seja como empréstimo. Mas é o Estado que avança e não sou eu que tenho de ir à banca”, desabafa.

Embora enquanto sócia-gerente “não tenho direito a apoio nenhum”, Cláudia Chaves Neves não considera que se esteja “a aproveitar por não ter de pagar contas-extra. Não me sinto confortável com isso, mas não me sinto confortável em dizer aos funcionários que não consegui facturar para lhes pagar no fim do mês. Também não quero explorar músicos. A pior coisa que pode acontecer é abrir e não ter clientes, isso é desesperante. Até porque acredita que as pessoas ainda estão com medo de sair. Para que esse medo passasse, a empresária acredita que os Açores deveriam ter aproveitado o facto de terem sido a primeira zona de Portugal a ser Covid-free e “fechar o arquipélago durante 15 dias” para que as pessoas pudessem desconfinar sem receios de que houvesse alguém infectado à sua volta. “Não sou a favor de fechar fronteiras, mas era a favor de fechar durante aqueles 15 dias que teriam sido muito importantes para a economia porque as pessoas iam perder o medo”, porque os novos casos que estão a chegar são importados.

Agora, cada um vai ter de fazer a sua parte e “vamos ter de pôr na cabeça que os espaços cheios de gente não vão voltar a acontecer tão cedo”. E enquanto 2019 foi um ano atípico em que eram mais os turistas que os locais no Lavajazz, em 2020 serão os locais o principal público. Os locais, que sempre fizeram parte dos clientes habituais do bar principalmente no Outono, Inverno e Primavera, deixando o Verão para os turistas.

Retomar a actividade com maior normalidade só em 2022, acredita Cláudia Chaves Neves. “Este ano é para esquecer, 2021 vai ser a retoma no Verão, vai ser um teste e acredito que em 2022 se vai voltar a 2019, que foi o melhor ano de sempre”, refere. Mas para isso, e porque os açorianos “são sobreviventes por natureza”, é preciso que “não matem a nossa iniciativa. Vamos nos reinventar”, conclui com esperança.

Carla Dias